

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONOMICO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**AS MUDANÇAS OCORRIDAS COM A INSTITUIÇÃO DO SIMPLES
EM RELAÇÃO A TRIBUTAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

MÁRCIA SHUI

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**AS MUDANÇAS OCORRIDAS COM A INSTITUIÇÃO DO SIMPLES EM
RELAÇÃO A TRIBUTAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia submetida à banca examinadora do Curso de Ciências Contábeis
da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de
Bacharel de Ciências Contábeis.

MÁRCIA SHUI

Orientadora: Prof^a. Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc

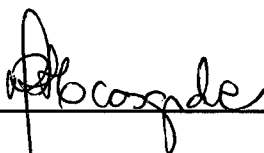
FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
1999

AS MUDANÇAS OCORRIDAS COM A INSTITUIÇÃO DO SIMPLES EM RELAÇÃO A TRIBUTAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

MÁRCIA SHUI

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de8,0....., atribuída pela comissão examinadora.

Florianópolis, 10 de dezembro de 1999.



Prof.ª. Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc

Coordenadora de Monografia

Professores que compuseram a banca examinadora:



Prof.ª. MARIA DENIZE HENRIQUE CASAGRANDE, M.Sc



Prof. ALEXANDRE ZOLDAN DA VEIGA

Prof. IVO BORCHARDT

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida e por iluminar o meu caminho.

A meu pai Alan, que não está mais conosco, mas onde quer que ele esteja, quero que saiba que foi muito importante em minha vida e sempre estará em meus pensamentos e em meu coração.

A minha mãe Sada que sempre me ensinou o que é certo, e que apesar de tudo, sempre está a meu lado se preocupando.

Ao meu namorado Adilson, pelo carinho, apoio e incentivo quando eu mais precisei.

Meus irmãos Roberto e Douglas, que sempre colaboraram e estiveram presente no meu dia-a-dia.

Agradeço também aos meus tios Ituo e Arli, pelo apoio e por terem me acolhido quando eu mais necessitei.

A minha orientadora, Maria Denize pela paciência, compreensão e incentivo.

E a todos que colaboraram direta ou indiretamente para chegar onde cheguei.

A todos o meu Muito Obrigada de coração.

“Ajude-me a crescer,
mas deixe-me
ser eu mesma.”

(Maria Montessori)

SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	VII
 CAPÍTULO I.....	 01
1. Introdução.....	01
1.2 Objetivos.....	03
1.3 Metodologia.....	03
 CAPÍTULO II.....	 05
2. História da microempresa.....	05
2.1 Micro e pequena empresa no Brasil.....	07
2.2 Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições SIMPLES.....	09
2.3 A Desregulamentação do mercado e das relações de trabalho no Brasil..	18
2.4 O Ordenamento legal e os encargos sociais que oneram as MPEs.....	20
 CAPÍTULO III.....	 25
3. A Repercussão do SIMPLES.....	25
CONCLUSÃO.....	31

BIBLIOGRAFIA..... 33

ANEXOS..... 35

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeiras

CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CGC/MF – Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DARF – Documento de Arrecadação Federal

EPP – Empresa de Pequeno Porte

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações

IE – Imposto de Exportação

II – Imposto de Importação

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOF – Imposto Sobre Operações de Crédito

IPI – Imposto Sobre produtos Industrializados

IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

JUCESC – Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

ME – Microempresa

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

ORTN – Obrigações Reajustáveis pelo Tesouro Nacional

PIS/PASEP – Contribuição para o Programa de Integração Social e da Formação do Patrimônio do Servidor Público

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

UFIR – Unidade Fiscal de Referência

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Ao rever a história das empresas, percebe-se que as mesmas existem desde o desenvolvimento e da comercialização das primeiras bancas de comércio que estavam instaladas em Veneza, na Itália. Essas bancas, não deixavam de ser micro ou pequenas empresas, de rudimentar organização, onde a própria família, junto com o proprietário, mantinham o negócio.

No Brasil, ao tentar localizar leis e regulamentos que mostrassem a preocupação que já existia com as empresas, chega-se ao Código Comercial Brasileiro de 1850, que mostrava a preocupação do Governo, dos empresários e demais interessados, da época, com a normatização das empresas. Mas só em 1984, há pouco mais de uma década, surge a Lei n.º 7.256, de 27/11/84, preocupada com um tratamento diferenciado para microempresas.

De acordo com esta Lei, a União deveria proporcionar a essas empresas tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial.

E seria diferente se a União, os Estados e Municípios tivessem removido as barreiras burocráticas que impediam a sobrevivência das microempresas existentes e a criação de novas. A imposição desse tratamento diferenciado pela Constituição tem o exato efeito de determinar a remoção dos obstáculos, incentivando, a partir daí, não só a formação de microempresas, mas também a evolução destas e a criação das pequenas empresas, tratadas na Constituição por empresas de pequeno porte.

A Lei definiu microempresas como sendo as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 ORTN (dez mil), teto este alterado depois pela Lei nº. 8.383, de 1991, que o elevou para 96.000 UFIR (noventa e seis mil).

A pouco tempo, a Lei de n.º 9.317, de 05/12/96, instituiu um novo regime tributário conhecido como SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estabelecendo como microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). E empresa de pequeno porte é aquela que tiver auferido, no ano calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)¹ sendo que os limites de receita bruta são proporcionais ao número de meses em que a empresa houver exercido a atividade, desconsideradas as frações de meses.

As empresas optantes pelo SIMPLES podem contratar mais funcionários, aumentando sua capacidade produtiva, sem aumentar seus encargos. Porque em uma empresa não enquadrada no SIMPLES chega a 70% o total de recolhimento de encargos sociais enquanto que uma empresa enquadrada chega a 31% o total de recolhimento (dados retirados da relação de encargos/impostos para as empresas, cedido pelo SEBRAE/SC). E ter a garantia de formalização de milhares de empregos, permitindo ao microempresário regularizar a situação dos trabalhadores que hoje estão na informalidade.

Sabe-se que a instituição do SIMPLES se deu devido ao art. 179 da Constituição Federal que assim preconiza:

"Art. 179 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei."

Mas, então porque demorou praticamente dez anos para o governo federal criar a Lei nº. 9.317? Não seria porque seus objetivos mudaram, no sentido de achar que com a instituição do SIMPLES, sua arrecadação de impostos e contribui-

¹ Alterado para R\$ 1.200.000,00 a partir de 01/01/99 (Lei 9.732- DOU 14/12/98 e Lei 9.779- DOU 20/01/99)

ções se elevaria e seus índices de desempenho em relação ao desemprego melhoraria?

1.2 Objetivos

Assim, este estudo tem como objetivo geral investigar e compreender até que ponto o novo sistema de pagamento de impostos e contribuições para micro e pequenas empresas, influencia na melhoria dos indicadores do governo em relação a sua arrecadação e índices de desemprego.

Para tanto, tem-se como objetivos específicos: conceituar micro e pequena empresa; demonstrar como o SIMPLES contribui para o fortalecimento das micro e pequenas empresas; e por último, apresentar a repercussão do SIMPLES referente aos anos de 97 e 98.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, se faz necessário, estabelecer procedimentos adequados a fim de obter informações importantes para atender os objetivos propostos.

1.3 Metodologia

Neste sentido, a metodologia é entendida como um caminho pelo qual se chega a um certo resultado, através de procedimentos que são utilizados para a elaboração de uma pesquisa, que é o meio de se chegar ao conhecimento da verdade, através de um embasamento científico.

O conhecimento científico, segundo Köche (1985: 17),

"...é o que é produzido através da investigação. Surge não apenas da necessidade de encontrar soluções para problemas de ordem prática da vida diária, característica essa do conhecimento ordinário, mas do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas."

As pesquisas que ocorrem, durante o trabalho, são necessidades de maiores informações sobre o assunto que surgem.

Para Ruiz (1979: 109),

"O conhecimento científico atinge fatos concretos, ele delimita, analisa o objeto da pesquisa, está em constante reconstrução e avança à

medida que novas descobertas são incorporadas aos seus domínios.”

Toda essa busca de respostas, reúne muitas informações que resultará em um trabalho escrito que é conhecido como monografia.

Para Salomon (1978: 219), “monografia é o tratamento escrito de um tema específico que resulte de investigação científica com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência”.

O presente trabalho, é instrumento de um levantamento de dados, baseado sobre informações obtidos em órgãos oficiais como: Receita Federal, Junta Comercial de Santa Catarina, Secretaria da Receita Federal, SEBRAE, sobre a repercussão do SIMPLES.

E Gil (1988: 56) assim caracteriza uma pesquisa de levantamento de dados,

“As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

O levantamento de dados que este estudo utiliza é uma coleta de informações em fontes documentais, necessário para ter uma base, a fim de que os objetivos traçados sejam mais facilmente alcançados.

Assim, entende-se que a monografia é o resultado de uma investigação científica, com base em pesquisas feitas em várias fontes (bibliográficas, levantamento de dados), com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de um tema.

CAPÍTULO II

2 HISTÓRIA DAS MICROEMPRESAS

A presença das micros e pequenas empresas nas sociedades, vem de muito longe, a constatação pode ser feita no momento que se encontram registros contábeis a mais de 6.000 anos, conforme comenta o Prof. Antônio Lopes de Sá, em sua obra Teoria da Contabilidade Superior, publicada em 1994. Se a contabilidade é tão antiga a história das empresas também o é, já que esta ciência, naquela época, registrava o aumento ou diminuição do patrimônio das pessoas. E Ramos e Fonseca (1995), comentam que já no século X a civilização chinesa, que naquela época dominava a tecnologia existente, a ciência e a cultura, começaram a desenvolver o comércio marítimo, o que prova o início embrionário da microempresa e da expansão do pequeno comércio de exportação/importação.

Após a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, fortifica-se a idéia do surgimento de mais e mais empresas, umas pequeninas, outras maiores, mas é só na segunda metade do século XIX que surgem políticas específicas para as micro e pequenas empresas. (Ramos e Fonseca, 1995)

O atual prestígio das MPEs teve seu início com a crise do petróleo de 1973, quando os árabes resolveram utilizar politicamente o produto, em nível mundial, para pressionar a saída de Israel dos territórios ocupados. Não conseguiram seus objetivos imediatos, mas o primeiro choque na economia mundial vem dois meses depois com o aumento de cem por cento do petróleo.

A crise do petróleo, então, mostrou ao mundo a fragilidade do sistema econômico internacional como um todo e foi um marco importante na história da economia mundial. (Ramos e Fonseca, 1995)

Em momentos de crise na economia, as MPEs são chamadas a prestar socorro à sociedade, por serem menores, ágeis, flexíveis em suas estruturas. São capazes de se adaptar rápido às transformações que o momento exige gerando empregos. (Ramos e Fonseca, 1995)

Apesar de não ter pesquisa científica que mostre efetivamente a contribuição das micros e pequenas empresas quanto a sustentarem a economia, devido a sua informalidade.

As micros e pequenas empresas participam ativamente da história da sociedade humana. A fabricação de bens necessários à vida em sociedade tem início quando o homem, emergido da animalidade, começa a transformar a natureza em seu proveito. Intrinsecamente ligadas ao espírito de busca que surge como característica do ser racional, que é a base permanente do desenvolvimento das sociedades, as primeiras empresas surgem com o artesanato, que se transforma em manufatura, predominante dos séculos XVI à metade do século XVIII e estas em indústrias, com o desmoronamento dos regimes feudais europeus em meados do século XVIII e a ascensão da burguesia, oriunda da riqueza acumulada dos artesãos: é a revolução industrial, berço das modernas economias de mercado.

Antes as MPEs eram consideradas geradoras de empregos e de renda em fases de crise da economia, e atualmente são consideradas uma necessidade internacional de desenvolvimento e de integração na economia.

Assim, entende-se que contingências históricas, econômicas e tecnológicas, além das sociais, combinadas ao longo dos anos, fazem nascer uma nova idéia de MPEs: com modernos meios de gestão e controle de qualidade, informatizadas; um sistema econômico onde prevalece a livre concorrência entre as empresas e sustentáculo comercial da sociedade do futuro.

Em 1990, o fato de maior importância para as MPEs, foi o fim da guerra fria e da divisão do mundo entre leste e oeste e a queda do muro de Berlim. A economia do mundo, se consolidou sem a efetiva participação da micro e pequena empresa. A nova ordem econômica mundial, que emerge dos destroços do muro de Berlim, com o fim da guerra-fria e da bipolaridade leste-oeste, trouxeram à tona novos conceitos, como o da globalização, e a tendência detectada desde os anos setenta. (Ramos e Fonseca, 1995)

Segundo Ramos e Fonseca (1995), estimativas permitem afirmar que se pode chegar ao fim deste século com mais de 5 milhões de MPEs em funcionamento, com um incremento da ordem de 2 milhões de empregos gerados no período.

2.1 A Micro e Pequena Empresa no Brasil

No Brasil tem-se uma situação no mínimo surpreendente: sendo pioneiro em tentativas legais de obtenção de tratamento diferenciado para as MPEs continua, após mais de 20 anos, sem uma política pública específica para o segmento. A Lei n.º 7.256/84, conhecida como o estatuto da microempresa, não chegou a ser implementada em toda sua dimensão, sobretudo no que respeita à diminuição da burocracia tanto para a constituição quanto para a manutenção dessas empresas. E enquanto o Brasil continua tateando em busca de políticas consistentes para as MPEs, países da África e da Ásia, procuram formas de integração da economia informal à economia formal através da aplicação de tratamento favorecido e diferenciado para as MPEs. (Ramos e Fonseca, 1995)

Um outro aspecto das micros e pequenas empresas deve ser repetido e realçado: elas são a base do princípio do sistema de livre empresa, princípio este estabelecido pela competição entre elas, que é o responsável pela saúde de qualquer economia de mercado e única forma diretamente ligadas ao próprio bem-estar social.

No Brasil, nada poderia ser diferente. As MPEs foram e são parte do seu desenvolvimento. São muitas as histórias de pequenos comerciantes de ontem, que hoje são proprietários de grandes estruturas comerciais; de pequenas companhias de transporte que hoje são verdadeiros gigantes do ramo; de pequenos industriais que se transformaram em grandes empresários e mesmo, com menos frequência, encontramos ex-pequenos produtores rurais que hoje são fazendeiros de porte.

Um exemplo, é a empresa Sadia que nasceu da sociedade de produtores rurais que se uniram para produzir banha e vender em outros mercados próximos de Concórdia - SC.

A caracterização precisa da pequena empresa tem sido propósito perseguido, sem êxito, por quase todas as nações que tratam o assunto com seriedade que merece. E o Brasil não fica a margem deste processo, tanto que os constituintes

colocaram na Constituição Federal o artigo (179) referindo-se a elas, mas demorou um bom tempo para ocorrer a regulamentação, vindo a ocorrer apenas em 1994, com a Lei nº 8.864 de 28/03/94 que é conhecida como o estatuto da microempresa, mesmo após a instituição do SIMPLES.

O Art. 2º da Lei 8.864/94 define microempresa assim:

- I – ME, as empresas com receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 250.000 UFIR;
- II – EPP, as empresas, não enquadradas como ME, com receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 750.000 UFIR.”

Atualmente, estes valores são comentados no capítulo anterior conforme preconiza a Lei nº 9.317/96.

Há muito vem se tentando construir critérios para determinação de ME e EPP, os dois sobressaem como mais prático e mais utilizados, por serem componentes constantes: o do número de empregados e o faturamento bruto anual, que não são excludentes mas que se mostraram de difícil combinação.

Modernas tecnologias tornaram impossível a utilização única do primeiro critério para diferenciar a MPE da média e grande empresa: uma empresa de grande porte pode funcionar com número reduzido de empregados. Resta, pois, a utilização do segundo critério como única forma de caracterização da MPE.

Entretanto, permanece a idéia de que uma caracterização precisa da MPE deveria tentar a combinação dos dois critérios, o que facilitaria a definição de obrigações e direitos das mesmas de forma diferenciada, facultando a especificação, na lei, dos incentivos de que necessitam.

As próprias diferenças regionais brasileiras, sejam geográficas ou sociais, mostram a necessidade de tratamento diferenciado entre os tipos existentes de MPE. Quando se fala de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as micros e pequenas empresas – MPEs no campo administrativo, acende-se, na mente daqueles que se dedicam a pensar no assunto, a palavra burocracia.

Se estabelecerem novas normas para o tratamento diferenciado das MPEs, novos papéis estarão sendo criados, novas técnicas de controle, nova mentalidade no manuseio desses papéis e idéias e, tem-se a certeza, algo estará melhor no que diz respeito ao funcionário das micros e pequenas empresas do país.

AS MPEs deixam de ser vistas como peças importantes para gerar empregos e melhorar a renda das pessoas e, passam a ser uma necessidade nacional.

O apoio institucional esta direcionado à reforma do art. 179 da Constituição, com a inclusão do trabalho diferenciado na área trabalhista, estabelecendo tratamento próprio aos empregados de micro e pequenas empresas, que visam resgatar a dignidade de milhões de brasileiros que hoje são trabalhadores informais, pela falta de condições das micros e pequenas empresas de assumir os pesados encargos sociais a elas atribuídos.

2.2 Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES

Até o ano de 1996, as micros e pequenas empresas tinham, no âmbito federal, alguns benefícios tributários, como a isenção do imposto de renda para pessoa jurídica (IRPJ) e do PIS/PASEP. Sua tributação era calculada com base no lucro real ou presumido, sendo que, para cada tributo o empresário deveria utilizar um documento específico.

A partir de janeiro de 1997, com a instituição do sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e empresa de pequeno porte – SIMPLES, que engloba em um único documento diversos impostos e contribuições, calculado como uma porcentagem da receita do mês anterior. Com a criação e entrada em vigor desta forma de pagamento, os benefícios tributários anteriores deixam de existir, o que significa que embora esta adesão não seja obrigatória, não aderir é sujeitar-se às regras vigentes para todo o mercado. Com os benefícios para a maioria das micros e pequenas empresas tiveram também, algumas obrigações, destacando-se o cadastramento ou o recadastramento das mesmas.

Através do SIMPLES, as micros e pequenas empresas deixam de pagar um número considerável de tributos federais, passando a realizar um único pagamento mensal, reduzindo, em muito a burocracia.

Com base no Art. 2º da Lei Nº 9.317, considera-se Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

“I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º - No caso de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações de conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos."

O valor de R\$ 720.000,00 da EPP foi alterado para R\$ 1.200.000,00 a partir de 01/01/99 (Lei 9.732- DOU 14/12/98 e Lei 9.779- DOU 20/01/99).

Comporão a receita bruta tão somente as receitas oriundas do objetivo social da empresa, desconsiderando-se rendimentos de aplicações, juros de mora recebidos, indenizações etc.

E a empresa enquadrada, conforme os Art. 3 e 4 da Lei 9.317:

"A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte- SIMPLES.

§ 1º - A inscrição no Simples implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;
- f) Contribuições para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art.22 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei complementar n.º 84, de 18 de janeiro de 1996.

§ 2º - O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros – II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou nacionalizados – IE;

- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º - A incidência sobre o imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea d do parágrafo anterior, será definida.

§ 4º - A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º - O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS ou Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS devido por microempresa e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.

§ 1º - Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 2º - O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.

§ 3º - Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.”

As empresas já cadastradas no CNPJ exercerão sua opção pelo SIMPLES através da apresentação do termo de opção, conforme dispõe a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 75/96, onde consta informações cadastrais.

Com base no Art. 8º da Lei 9.317:

“A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);

II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

§ 1º - As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.

§ 2º - A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

§ 3º - Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março, com efeitos a partir de 1º de janeiro daquele ano.

§ 4º - O prazo para a opção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por ato da Secretaria da Receita Federal.

§ 5º - As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES."

O pagamento do SIMPLES será realizado unicamente através do DARF, até o dia 10 do mês seguinte (ou no 1º dia útil após, se não houver expediente bancário dia 10). O recolhimento fora do prazo está sujeito à multa e aos juros de mora estabelecidos na legislação do IRPJ, inclusive, sobre o ICMS e o ISS, se houver convênio com o Estado e o Município. Multa esta de 0,33% por dia de atraso, limitada a 20%, conforme consta na legislação.

Disposto no Art. 6º da Lei 9.317:

"O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma centralizada, até o décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

§ 2º - Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento."

A simplificação das obrigações relativas aos tributos e seu recolhimento é o objetivo primordial do SIMPLES. A obrigação tributária subdivide-se em duas espécies: principal, que se refere ao pagamento do tributo; acessória ao que se refere a deveres administrativos, como inscrição no CNPJ, emitir notas fiscais e escriturá-las nos livros fiscais próprios e outros. Tarefa esta executada pelo profissional da contabilidade.

Assim, no que se refere à obrigação principal, esse objetivo foi alcançado pela apuração do tributo devido pela aplicação de uma alíquota sobre a faixa de faturamento de cada MPE e a unificação do recolhimento de diversos tributos em um único DARF.

Quanto às obrigações acessórias, cuja finalidade é fornecer ao fisco elementos para que o mesmo possa verificar se a obrigação principal foi integralmente cumprida, nos termos da lei, o SIMPLES determinou as seguintes:

“I - as MPE optantes pelo Simples, ficam dispensadas da escrituração comercial (contábil) desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhe sejam pertinentes:

- a) livro caixa, no qual deverá estar escriturada toda sua movimentação financeira, inclusive a bancária;
- b) livro de registro de inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

II - deverão apresentar, anualmente, declaração simplificada à secretária da Receita Federal, que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente.” (Fabretti, 1999)

Observa-se, no entanto, que a dispensa da escrituração contábil é meramente de caráter fiscal. Não revoga a exigência dela pela legislação comercial. Por essa razão, somente a escrituração contábil faz prova no judiciário em caso de divergência entre os sócios, de pedido de concordata, nos casos de falência, etc.; esse ponto deve merecer especial atenção dos micro e pequenos empresários.

E a simplificação das obrigações acessórias fiscais não dispensa as MPE do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação trabalhista e previdenciária, de acordo com o que se observa no art. 7º:

“A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, apresentarão, anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.

§ 1º - A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

- a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;
- b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- c) Todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

§ 2º - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.”

Dar-se-á a exclusão do SIMPLES através de comunicação realizada pela própria empresa (por opção) ou de ofício, nos casos de obrigatoriedade.

A exclusão será de ofício quando:

- a) os limites de faturamento forem ultrapassados;
- b) existirem procedimentos que embarcem a fiscalização, sendo negado acesso da fiscalização ao estabelecimento;
- c) a fiscalização constatar o não fornecimento de dados verdadeiros;
- d) forem colocadas na constituição da empresa pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;
- e) houver prática de sonegação fiscal;
- f) existirem infrações à legislação tributária;
- g) houver constatação de comércio de mercadorias de origem duvidosa, fruto de contrabando ou descaminho;
- h) a empresa incidir em crimes contra a ordem tributária, com decisão transitada em julgado. (Bittencourt, 1997)

Conforme Art. 12 ao 16 da Lei 9.317:

“Art. 12 – A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Art. 13 – A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I - por opção;

II – obrigatoriamente, quando:

- a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;

- b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º - A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º - A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

§ 3º - No caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

- a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;
- b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea b do inciso II deste artigo.

Art. 14 – A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;

II - embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);

III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou

propriedade;

IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou titular, no caso de firma individual;

V - prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15 – A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

II - a partir do mês subsequente ao que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, b, do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

§ 1º - A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

§ 2º - O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

Art. 16 - A pessoa jurídica excluída do Simples sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

E ainda, tem-se as vedações que deixam empresas de fora do processo, como dispõe o Art. 9º ao 11º da Lei 9.317:

“Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresa de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) locação ou administração de imóveis;
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;
- e) factoring;
- f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício depende de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei n.º 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de micro-empresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em dívida ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em dívida ativa da União ou do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

§ 1º - Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º - O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

§ 3º - O disposto no inciso XI e na alínea a do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem o Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

Art. 10 - Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada onde esteja estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

I - que possua estabelecimento em mais de uma Unidade Federada;

II - que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

Art. 11 - Não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, ainda que o Município onde esteja estabelecida seja conveniado, a pessoa jurídica que possua estabelecimento em mais de um Município.”

O constituinte de 1988, refletindo o sentimento geral da sociedade de que para alavancar o desenvolvimento econômico e social, é preciso incentivar e dar condições para a criação de novas empresas, garantindo-lhes tratamento diferenciado nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício, estimulando, dessa forma, novos empreendimentos que possam iniciar-se com pequeno capital, dispôs no art. 179 da CF todo o sentimento de uma classe, reforçando um desejo almejado por muitos.

2.3 A Desregulamentação do Mercado e das Relações de trabalho no Brasil

O problema do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para a MPE, todavia não exaure no tema burocrático e na área administrativa. Deve ele ser tratado em mais dois níveis, pelo menos: no que respeita aos regulamentos trabalhistas e quanto ao sistema tributário. Certamente que, sem alteração do texto constitucional nada se pode fazer no que respeita à desregulamentação trabalhista. E o argumento principal para a retirada da palavra “trabalhista”, do art. 179 da Constituição foi de que não se pode ter no país diferentes sistemas trabalhistas para diferentes portes de empresas.

Certamente não será fácil encontrar a solução correta e precisa para o problema, como não será fácil conciliar interesses dos diversos segmentos envolvidos. O tema tem sido debatido e estudado há anos, em nível nacional e mundial. Diversos países tem enfrentado o problema sob vários aspectos, uns com mais sucesso do que outros.

A reforma da legislação trabalhista no Brasil e do arcabouço institucional que governa o funcionamento do mercado de trabalho, no sentido de uma menor regulamentação ou intervenção do Estado, é uma necessidade estrutural da sociedade brasileira. Este é um dos setores da vida nacional onde a modernização é necessária e urgente. As relações de trabalho no Brasil e o aparelho institucional que afeta o funcionamento do mercado de trabalho caracterizam-se pela intervenção e o corporativismo estatais, descentralização e atomização da estrutura sindical e pela imposição de custos de contratação e demissão que desestimulam o emprego e sua aderência às normas jurídicas. (Ramos e Fonseca, 1995)

Ademais, o legalismo, o paternalismo e a negociação do conflito capital-trabalho pelo controle do Estado, na suposição de que essas divergências são uma manifestação da luta de classes, constituem elementos marcantes de um sistema regulador que, se tornou obsoleto diante da dinâmica das relações sociais. A intervenção do Estado nas relações entre o capital e o trabalho no Brasil, veio disciplinar oficialmente as condições de remuneração e de emprego, reduzindo o papel dos sindicatos, induzindo empregadores e trabalhadores a buscar a solução para suas divergências através do Governo, que assumia as funções de regular e outorgar direitos e mediar as decisões dos conflitos. Por outro lado, como uma forma de ampliar a cobertura de seguridade e da assistência social, de proteger o trabalhador contra a dispensa arbitrária, o desemprego e de conceder outros direitos sociais vinculados ao trabalho, criaram-se instituições que afetam o funcionamento e a estrutura do mercado de trabalho no Brasil.

A legislação atual, consubstanciada na CLT, é abundante no que diz respeito à proteção individual do trabalhador. No capítulo das negociações coletivas e da organização sindical que esse dispositivo legal é carente e descompassado da realidade. O poder de pressão do Governo coibiu a atividade sindical e deslocou para a Justiça do Trabalho o poder de arbitrar disputas. Na verdade, os fatos da dinâmica social adiantaram-se à legislação através da emergência de sistemas parale-

los e não regulamentados de negociação. Felizmente, a Constituição de 1988 superou, em termos de princípio, alguns desses institutos que, contudo, aguardam legislação complementar pelo Congresso Nacional. Portanto, há ainda muito por fazer. (Ramos e Fonseca, 1995)

2.4 O Ordenamento legal e os encargos sociais que oneram as MPEs

Todos os dispositivos legais, a partir da Constituição, leis federais, decretos-lei, medidas provisórias, decretos, circulares, instruções normativas, resoluções, portarias e outros que, de alguma maneira, traduzem ônus e obrigações acessórias que afetam a vida das MPEs.

Os aspectos trabalhistas e previdenciários que dizem respeito às empresas têm como suporte os empregados e seus salários. A incidência dos encargos sociais sobre a MPE é praticamente a mesma que onera médias e grandes empresas, inexistindo, salvo no tocante ao custeio de acidentes do trabalho, a eliminação ou redução de que cuida o art. 179 da Constituição.

Buscando evidenciar tal afirmativa, tratar-se-á de demonstrar os encargos sociais que oneram a MPE. Encargos sociais são as obrigações de ordem trabalhista e previdenciária que incidem sobre os salários, significando não só direitos deles decorrentes (FGTS, 13º salário, férias, adicionais etc.) como também direitos indiretos que deles decorrem (previdência social, acidentes do trabalho, salário-educação etc.)

Inicialmente, serão abordados os encargos que incidem diretamente sobre a folha de pagamento e também sobre aqueles pagos diretamente aos empregados, juntamente com a contraprestação de serviços, incidindo o FGTS sobre a remuneração total e os demais itens com observância dos limites máximos previstos na legislação previdenciária. São eles:

a)	Previdência social	20%
b)	SESI/SESC	1,5%
c)	SENAI/SENAC	1%
d)	INCRA	0,20%

e)	Salário-educação	2,50%
f)	SEBRAE	0,60%
g)	Custeio de acidente do trabalho	3%
h)	FGTS	8%

As obrigações referentes aos dias pagos ao empregado, sem que haja prestação de serviços. São elas:

a)	Repouso semanal remunerado	18,84%;
b)	Férias	9,42%;
c)	Abono de férias	3,62%;
d)	Feriados	3,99%;
e)	Auxílio doença	0,54%;
f)	Aviso prévio	1,33%.

Têm-se ainda os encargos trabalhistas independentes, isto é, aqueles que não incidem e não sofrem incidências dos demais encargos, que são:

13º salário	10,87%;
Gastos por rescisões de contratos	20,38%.

Finalmente, tem-se as repercussões, considerando as incidências cumulativas dos primeiros sobre os segundos e, ainda, a incidência do FGTS sobre o 13º salário.

Para efeito de cálculo foram considerados como produtivos 276 dias por ano, tendo sido excluídos 52 domingos, 26 dias relativos a férias e 11 feriados oficiais.

Naturalmente, os números apontados não consagram a realidade para todas as MPEs, havendo divergências para mais ou menos, em função das atividades industriais, por exemplo, podendo ser enunciados:

- adicional por horas extras;
- recolhimento do FGTS durante o período de prestação de serviço mili-

tar;

- ausências remuneradas (alistamento militar e eleitoral, licença paternidade, gala, nojo, doação de sangue etc.);
- indenização compensatória;
- adicional por tempo de serviço;
- adicional para seguro de acidentes do trabalho;
- adicionais de insalubridade e periculosidade e turnos de revezamento.

Mesmo sendo impressionante, seja o percentual encontrado de incidência dos encargos sociais sobre os salários, seja o número deles, é quase certo que os cálculos podem levar a números ainda mais altos, já que nem todos foram lembrados, até porque não foram considerados muitos decorrentes de decisões normativas ou convenções coletivas de trabalho.

De tudo o quanto ficou demonstrado, resta o custo direto dos encargos sociais para as empresas, em especial para as MPEs. A tais custos se deve somar (e é praticamente impossível mensurar) aqueles decorrentes de obrigações acessórias, consequência de todo esse rol de direitos e obrigações que o ordenamento legal brasileiro consagra, para os empregados e as empresas.

"As aspirações presentes encontram fundamento na concepção pluralista da sociedade que, no campo trabalhista, se traduz na orientação de que atores sociais (empresários e trabalhadores) devam elaborar, eles próprios, as regras de sua convivência, longe da ingerência dos Poderes Públicos. A solução do conflito do trabalho está no diálogo, na negociação, não mais na lei, nem na sentença coletiva, e muito menos na ação policial." (Trecho do relatório da comissão de juristas para a reforma da CLT)

A tendência para o futuro é a decodificação trabalhista, a diminuição da participação da Justiça do Trabalho na solução dos conflitos entre capital e trabalho. Defende-se a criação nas empresas (ao menos nas empresas com número significativo de empregados) de comissões de conciliação que buscariam resolver problemas relacionados com o trabalho e de juizados de conciliação, constituídos por árbitros, que cuidariam de resolver as questões não dirimidas pelas primeiras. À Justiça do Trabalho restaria a tarefa de julgar os litígios não resolvidos naquelas duas esferas.

A necessidade de alteração do texto constitucional é importante porque se torna beneficiária para muitas pessoas. É sabido que as microempresas e empresas de pequeno porte são grandes geradoras de mão-de-obra, encontram-se muitas delas, talvez a maioria, hoje, fora do mercado formal de trabalho em função dos pesados ônus que incidem sobre a folha de pagamento. (Ramos, 1995)

Ora, essa grande massa de trabalhadores que hoje se encontra na informalidade, sem os benefícios da legislação trabalhista e previdenciária, incorporar-se-á, fatalmente, à formalidade, se forem criados mecanismos de diferenciação entre os empregados das micro e pequenas empresas e os das médio e grande porte.

Acredita-se, assim na abertura de milhares de empregos a serem gerados a curtíssimo prazo nesse segmento.

O menor piso salarial que o empregador pode pagar a um novo empregado de uma determinada categoria, é fixado sempre acima do salário mínimo, e considerando que as micro e pequenas empresas são formadoras de mão-de-obra e asseguram quase sempre, o primeiro emprego ao trabalhador, devem elas ser excluídas de tal disposição, com o fim de estimular a criação de novos empregos.

Respeitar o limite máximo de carga horária de trabalho, flexibilizar-se, até o nível individual, as jornadas de trabalho do empregado das micro e pequenas empresas que têm, via de regra, caráter familiar e forte relacionamento pessoal entre empregador e empregados.

As convenções e acordos coletivos de trabalho, por representarem apenas a realidade das categorias profissionais mais organizadas, próprias das médias e grandes empresas, não refletem a situação da grande maioria dos trabalhadores, que não têm, sequer, o emprego formal, quanto menos eventuais conquistas obtidas em tais convenções ou acordos, que são sempre além do mínimo assegurado pela legislação.

Se as micro e pequenas empresas já tem dificuldade em assegurar o mínimo legal, em função dos ônus incidentes sobre a folha de salários, não suportam, definitivamente, os acréscimos indistintos impostos por tais acordos e convenções.

A formalização de milhares de empregos, permitirá ao microempresário regularizar a situação dos trabalhadores que hoje estão na ilegalidade, além de estimular novos empreendimentos.

A modificação deve ser entendida dentro do contexto de que a microempresa é uma macrofamília onde o relacionamento patrão-empregado é pessoal. Tal fato juntamente com os complicadores da legislação vigente, constitui o substrato da informalidade, o fundamento que vai justificar a busca de simplificação burocrática e redução de encargos que permite a sobrevivência da micro e pequena empresa: o trabalho informal.

CAPÍTULO III

3 A Repercussão do SIMPLES

O Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições, ou SIMPLES como é mais conhecido, é considerado uma boa idéia, por vários consultores, apesar de apresentar problemas como: as proibições imposta pela Lei nº 9.317, a lentidão no processo (de adesão dos Estados e Municípios); mas traz o incentivo para a contratação de mais mão-de-obra, e a unificação dos impostos.

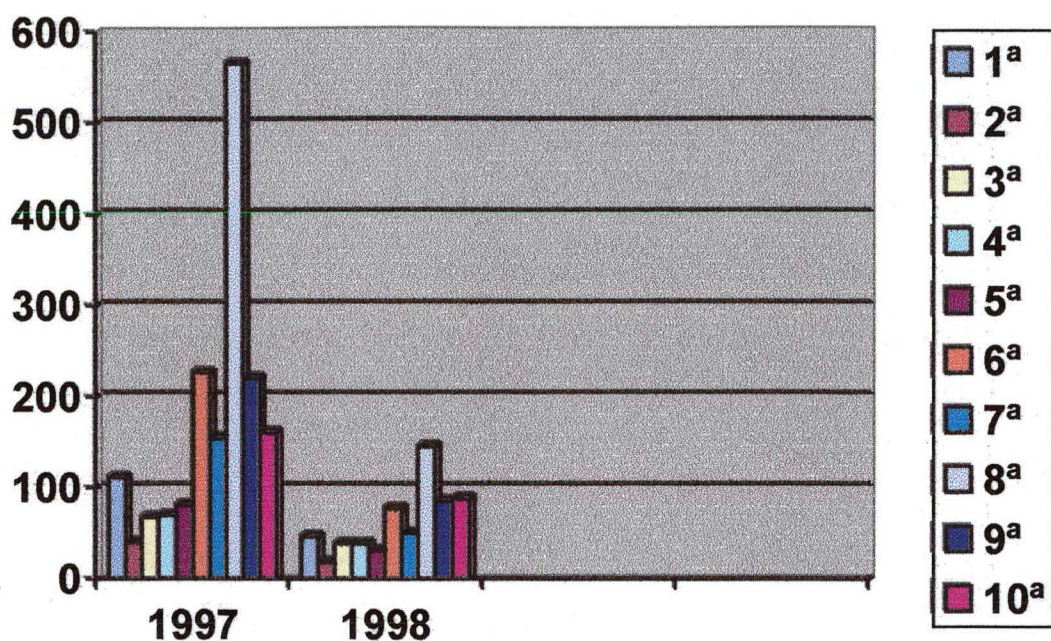
Conforme demonstra o relato feito por Kátia R. Rausch de Souza, Consultora do SEBRAE:

“O SIMPLES é um bom instrumento, a melhor parte dele é a respeito dos encargos sociais e o incentivo de contratação de mais empregados, é um bom gerador de empregos, acho também que é o primeiro passo para o imposto simplificado, mas ele tem muitos problemas ainda, ele está dando certo, só que precisa ser revisto, precisa ser remoldado, talvez agora com o estatuto isso aconteça; a parte das vedações é muito grande, tira muita gente fora. Ele não é perfeito. Mas pelo menos é o primeiro passo.”

Com base em dados estatísticos da Secretaria da Receita Federal¹, a quantidade de empresas optantes pelo SIMPLES, com relação aos números do país, percebe-se que houve uma redução de empresas optantes em 36% do ano de 1997 para 1998.

¹ Ver anexo.

QUANTIDADE DE EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES

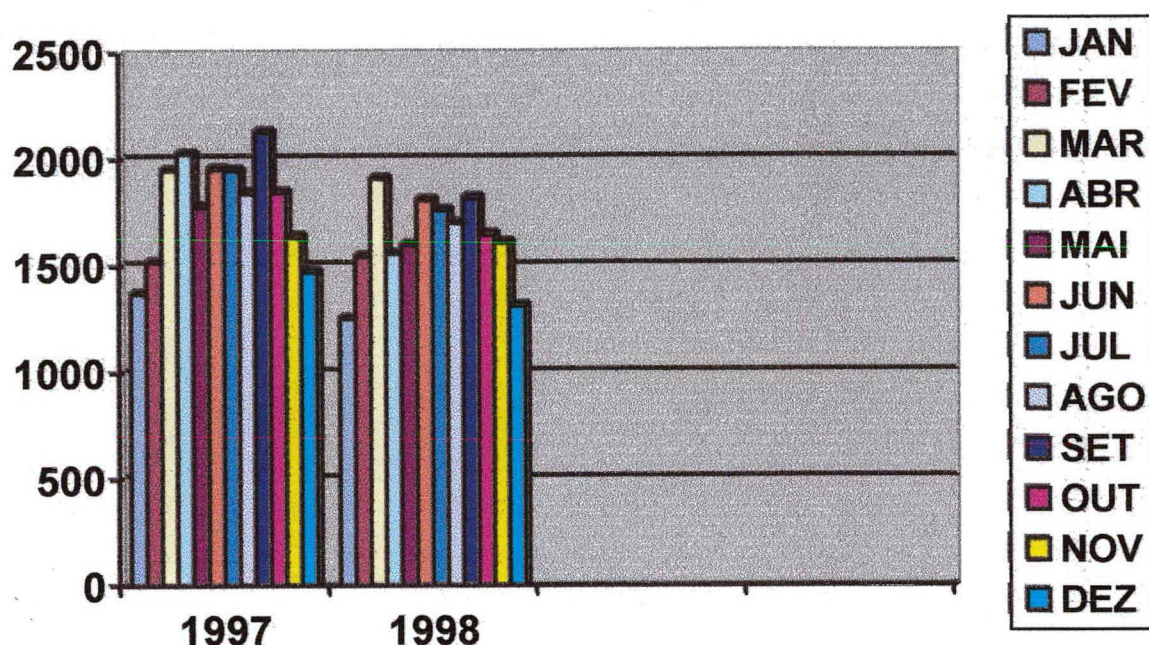


Em relação as MPE da 9ª Região Fiscal que abrange os Estados de Santa Catarina e Paraná, também percebe-se uma redução de 38%.

Em geral, as estatísticas comprovam que houve uma redução, como se vê no movimento de registro de empresas- ME, fornecido pela Junta Comercial de Santa Catarina ².

² Ver anexo.

MOVIMENTO DE REGISTRO DE EMPRESAS – MICRO EMPRESAS



Neste demonstrativo percebe-se que houve uma redução de 84% do ano de 1997 para 1998.

Mas, muitas vezes o motivo da redução não está relacionada a adesão ao SIMPLES, e sim as dificuldades econômicas pelas quais as empresas estão passando e que chegam a acarretar falências. (Comentário feito pelo Secretário Executivo da Previdência Social)

Já o levantamento feito pela Previdência Social³ demonstra que o SIMPLES está fazendo o seu papel: facilitando o cumprimento tributário das micro e pequenas empresas e retirando-as da informalidade. Afirmam que cada empresa teve sua carga tributária reduzida, mas que não deve ser ignorado o efeito da formalização dos empregados e da abertura de novos empregos.

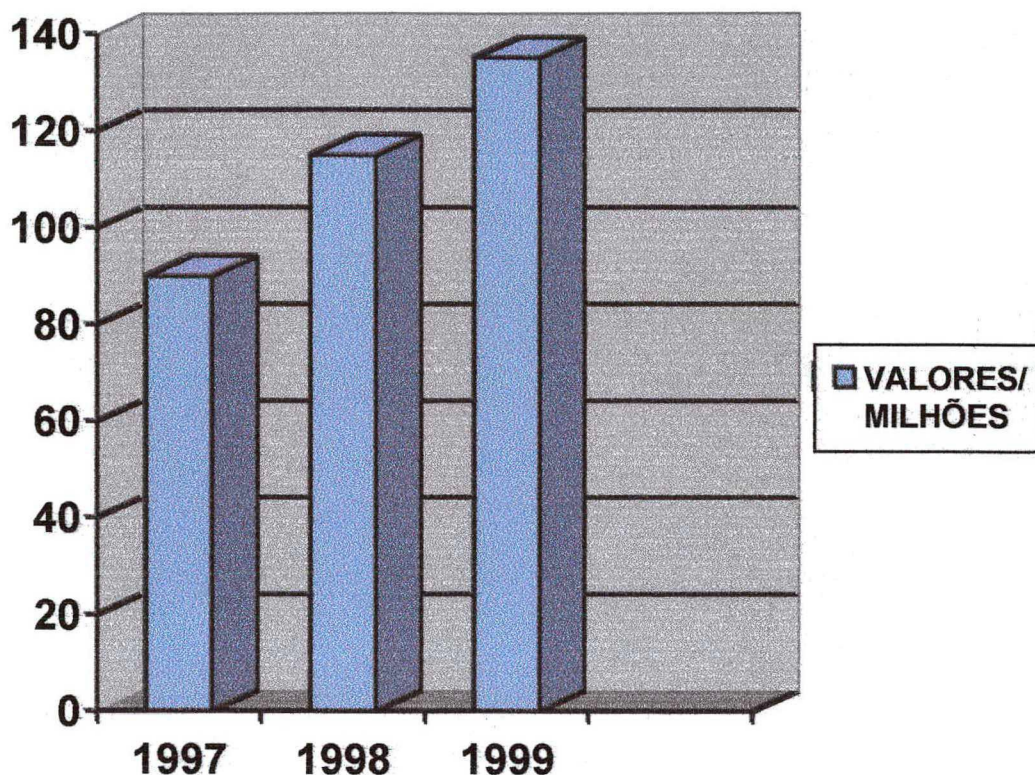
Mais de um milhão⁴ de novas empresas aderiram ao SIMPLES após a sua instituição e o número de empregos registrados foi de 500 mil.

No ano da sua implantação, 1997, a arrecadação mensal ficou em torno de R\$ 90 milhões. E, em 98, os valores oscilaram entre R\$ 100 milhões e R\$ 115 milhões.

³ Ver anexo.

⁴ Ver anexo, Previdência Social.

ARRECAÇÃO MENSAL DO SIMPLES



Neste ano, a arrecadação mensal do SIMPLES tem variado entre R\$ 100 milhões e R\$ 135 milhões. Esse último valor foi registrado em agosto passado.

Para os Impostos Federais, quem é enquadrado no SIMPLES obedece a uma tabela⁵.

Se não é enquadrada no SIMPLES, a empresa paga todos os itens separados como: Imposto de Renda, Cofins, IPI etc.

A nível Estadual, a ME que tiver um faturamento de 94.190 UFIR (noventa e quatro mil cento e noventa) é isenta de ICMS, ou seja o Governo lhe dá um benefício fiscal, que é diferente do critério Federal.

Para as EPP que tem faturamento de 94.190 (noventa e quatro mil cento e noventa) a 154.740 UFIR (cento e cinqüenta e quatro mil setecentos e quarenta), tem um escalonamento. Conforme apresentado :

⁵ Ver anexo, Obrigações Tributárias Federais.

- ME: igual ou inferior a 94.190 UFIR = isenção do ICMS.
- EPP: (prazo de recolhimento: até o 20º dia do mês seguinte)
 - receita bruta superior a 94.190 e inferior a 114.373 UFIR = redução da base de cálculo de 75%;
 - superior a 114.373 e inferior a 134.557 UFIR = redução de 50%;
 - superior a 134.557 e inferior a 154.740 UFIR = redução de 25%.

Obs: o prazo de recolhimento da EPP que, a partir de 01/01/98, mantém a regularidade no pagamento, é ampliado para 23º, 26º e 30º dia, desde que tenha regularidade no pagamento, respectivamente, por 6, 12 e 18 meses. Não se aplica, porém ao ICMS devido: por substituição tributária, por responsabilidade tributária e por operações com combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Um estudo foi feito pelo SEBRAE,⁶ com o objetivo de saber, porque os municípios não estavam aderindo e se é vantajoso ou não aderir ao SIMPLES. As empresas que aderiram, eram questionadas de como era a arrecadação antes, e como ficou depois da adesão. Observou-se que nessas áreas a arrecadação do ISS caiu. Esta pesquisa se encontra no SEBRAE de Florianópolis.

E existe a demora do prazo, porque quando o município adere ao SIMPLES, a empresa paga os encargos sociais, e o que ela paga vai para o cofre da União, quando o valor chega é calculado, e o valor devido ao município é devolvido; só que essa operação demora mais de 50 dias, às vezes até 90 dias. Provavelmente este é o fator preponderante no sentido dos municípios não aderirem ao SIMPLES, pois sua arrecadação já é pequena, imagina a repercussão na arrecadação com essa demora. Os pequenos municípios, geralmente, não arrecadam o suficiente nem para suas despesas de custeio.

Mas agora o governo pretende apoiar as MPE com a implantação do estatuto⁷, que deve ser regulamentado até janeiro de 2000, conforme informado pelo SEBRAE.

O estatuto fala na forma de tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado. Na parte tributária, espera-se que continue o SIMPLES, só que

⁶ Ver anexo, Levantamento de municípios que já aderiram ao SIMPLES.

⁷ Ver anexo, Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

vai ter que ser reavaliado e modificado, porque ele prevê o faturamento de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) e no estatuto fala de um faturamento de até R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil). A Lei do SIMPLES (9.317/96) tem várias limitações, de quem pode e quem não pode optar; enquanto que, o estatuto faz a limitação só do faturamento. Então o SIMPLES vai ter que ser ajustado com relação ao faturamento.

Provavelmente as alterações ocorrerão. Espera-se que, o regulamento esclareça porque o estatuto dispensa algumas obrigações trabalhistas em relação a fixação de quadro de horário, e qual o tratamento previdenciário, porque hoje não existe, o regulamento é que vai dizer como isso vai acontecer. O estatuto já prevê mas ele não regulamenta, não diz como vai acontecer, só que vai ser diferenciado como a CF, a ME vai ter tratamento diferenciado, mas espera a Lei específica.

CONCLUSÃO

Depois desse levantamento, chegou-se à conclusão que o SIMPLES é realmente um bom instrumento de arrecadação. Quanto a formalização de mão-de-obra, ainda tem problemas, principalmente devido as vedações onde muitas micros e pequenas empresas ficam a margem. Outro fator é a lentidão para a devolução do valor devido aos municípios, razão pela qual não houve muita adesão.

Florianópolis, por exemplo, é um município que não aderiu, porque sua arrecadação de ISS é boa, ou seja a melhor dentre suas receitas, não sendo interessante fazer a opção.

Sendo optante do SIMPLES existe a facilidade em relação aos encargos tributários, e aos incentivos para a contratação de mais mão-de-obra. E, também auxilia no cumprimento tributário das micros e pequenas empresas e assim retirando-as da informalidade.

E com base em uma informação dada pelo SEBRAE, concluí-se que os empregados não estavam totalmente na informalidade, eles eram registrados, só que a sonegação era maior.

Em geral, com o SIMPLES o Governo conseguiu aumentar a sua arrecadação e aumentar o número de empregos (essa informação foi obtida através de declaração feita pelo Secretário Executivo da Previdência Social). E tudo isso devido a unificação dos impostos e a redução da burocracia.

Mesmo com o aumento em alguns setores, houve uma redução na quantidade de empresas optantes pelo SIMPLES em torno de 30% do ano de 97 para 98,

mas pode não estar relacionada a adesão ao SIMPLES, como já foi dito, e sim devido as dificuldades econômicas que as MPEs estão passando hoje no Brasil.

Mas, existe a hipótese de estar relacionado com o ano em que ocorreu a instituição do SIMPLES onde todas as MPEs aderiram, e no ano seguinte houve a redução, porque a grande maioria já havia aderido e a abertura das MPEs foi pequena comparada a já existente.

Portanto, diante do que já foi exposto nesse trabalho, demonstra-se que a entrada desse imposto tornou-se necessário para a geração de emprego e, instituir como empresa formal que paga seus encargos saindo da ilegalidade.

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários ao Simples**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

BRASIL, Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, **SIMPLES - Imposto único para as micro e pequenas empresas**.

BRASIL, Constituição da República Federativa do: promulgada em 5 de outubro de 1988 / organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. Receita Federal. **Instrução Normativa nº 75/96**.

ECO, Umberto. **Como fazer uma tese**. 14 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ESTATÍSTICAS. Movimento de Registro de Empresas - ME. Capturado em 22 nov. 1999. JUCESC. Online. Disponível na Internet: <http://web.jucesc.sc.gov.br>.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Prática tributária da micro e pequena empresa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

GORGES, Almir José. **Dicionário do ICMS de Santa Catarina**. Florianópolis: Edição Fadel, 1998.

HIGUCHI, Hiromi, HIROSHI Fábio. **Imposto de renda das empresas**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NOTÍCIAS DIÁRIAS. Capturado em 20 out. 1999. Previdência Social. Online. Disponível na Internet: <http://www.mpas.gov.br>.

RAMOS, Flávio; FONSECA, José Leite de Assis. **A grande dimensão da pequena empresa – perspectivas de ação**. Brasília: SEBRAE, 1995.

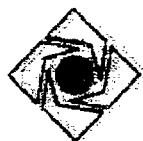
RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica guia para eficiência nos estudos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEBRAE. Coordenador Ramos, Flávio. **A grande dimensão da pequena empresa: perspectiva de ação**. Brasília: Prática, 1995.

SEBRAE, **Tudo que você queria saber sobre o Simples**. Editora Sebrae, 1997.

ANEXOS



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal

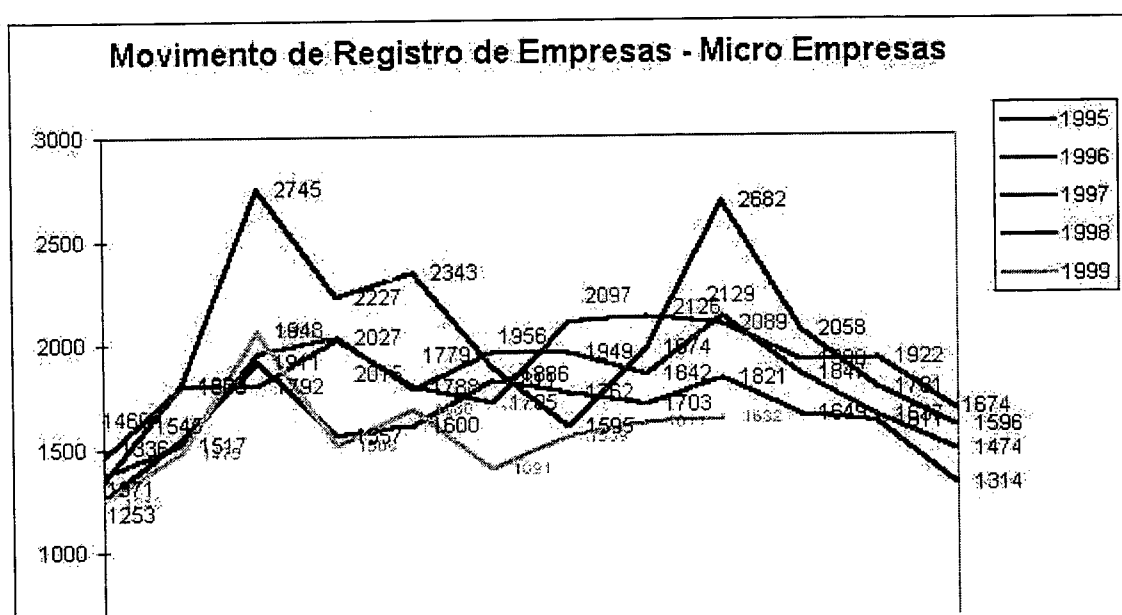
Quantidade de Empresas Optantes pelo SIMPLES até 27/04/99

RF	em 1997	em 1998	1999 (até 27/04/99)	Optantes
1ª	111,368	46,457	13,895	171,720
2ª	40,202	18,353	7,394	65,949
3ª	67,667	38,598	11,748	118,013
4ª	69,614	38,935	10,104	118,653
5ª	80,513	31,340	10,862	122,715
6ª	226,285	77,118	37,800	341,203
7ª	154,163	50,237	18,883	223,283
8ª	565,188	145,338	88,986	799,512
9ª	220,160	85,723	32,827	338,710
10ª	160,937	88,409	32,123	281,469
TOTAL	1,696,097	620,508	264,622	2,581,227

Estatísticas

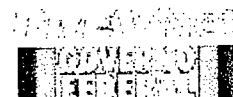
Movimento de Registro de Empresas - Micro Empresas

	1995	1996	1997	1998	1999
<i>Jan</i>	1336	1460	1371	1253	1243
<i>Fev</i>	1806	1800	1517	1545	1475
<i>Mar</i>	2745	1792	1948	1911	2056
<i>Abr</i>	2227	2015	2027	1557	1506
<i>Mai</i>	2343	1788	1779	1600	1680
<i>Jun</i>	1886	1705	1956	1811	1391
<i>Jul</i>	1595	2097	1949	1762	1539
<i>Ago</i>	1974	2126	1842	1703	1611
<i>Set</i>	2682	2089	2129	1821	1632
<i>Out</i>	2058	1908	1847	1649	
<i>Nov</i>	1781	1922	1637	1611	
<i>Dez</i>	1596	1674	1474	1314	
TOTAL	24029	22376	21476	18223	14133





PREVIDÊNCIA SOCIAL
A SEGURANÇA DA VIDA NO BRASIL



Brasil, 21 de Novembro de
1999

Seja bem-vindo ao PrevNet.

Ouvidoria

Webmaster

Informações

Benefícios

Contribuições

Assistência Social

Serviços

Recursos

Publicações

Previdência Complementar

Notícias

Assuntos Internacionais

Previdência no Serviço
Público

Estatísticas

Busca Ok!

Utilize o Acrobat
para visualizar
os arquivos
disponíveis
para Download



Fale Conosco



3772658 desde 11.07.96

Notícias



[Índice | Notícias Diárias | Artigos Publicados | Campanhas Publicitárias | Fale com a
Previdência | Conheça as Novas Agências do MPAS | Previdência no Mundo]

Notícias Diárias

SIMPLES completa três anos de criação
Cerca de 1,3 milhão empresas foram classificadas como
micro e pequenas

20/10/99

Passados quase três anos de sua instituição, o SIMPLES está fazendo o seu papel: facilitar o cumprimento tributário das pequenas e micro empresas e retirá-las da ilegalidade. O imposto foi instituído em janeiro de 1997 para reduzir a carga tributária daquelas empresas e tornar o seu cumprimento mais simples. A medida não significaria perda de receita para a Previdência Social, como de fato não aconteceu.

Os dados levantados pelos técnicos do Ministério da Previdência e Assistência Social mostram que os valores totais arrecadados nos anos de 1997 e 1998 são rigorosamente idênticos aqueles arrecadados em 1996 por 1 milhão 228 mil empresas, classificadas como pequenas e microempresas. O secretário-executivo da Previdência Social, José Cechin, afirma que "não houve perdas no agregado" e aponta o equívoco de quem sustenta que houve queda na arrecadação previdenciária. Segundo ele, cada empresa teve sua carga tributária reduzida, mas por outro lado não pode ser ignorado o efeito da formalização dos empregados e da abertura de novos empregos.

O secretário acrescenta ainda que novas empresas ou foram criadas depois da implantação do SIMPLES nos anos de 1997 e 1998 ou saíram da ilegalidade. "A formalização ou o nascimento de novas empresas aconteceu durante um período de baixa atividade econômica, em que o normal é o desaparecimento de empresas", afirma.

Mais de um milhão de novas empresas aderiram ao SIMPLES após a sua instituição e o número de empregos registrou uma expansão de 500 mil, ou seja, 33% a mais do que havia em 1996. "São ganhos líquidos que precisam ser computados",

avisa José Cechin.

Mesmo com todos esses benefícios, o secretário não admite a expansão do imposto para um conjunto de micro e pequenas empresas de outros setores, como aqueles essencialmente locadores de mão-de-obra. Ele sustenta que o faturamento dessas empresas é pouco maior que a folha de pagamento e concordar com a adesão delas ao SIMPLES significaria reduzir sua carga tributária em seis vezes ou mais. "As alíquotas do SIMPLES foram calculadas para um conjunto de empresas, excluídas essas que são basicamente locadoras de mão-de-obra, por isso ele não pode ser expandido para esses setores".

Neste ano, a arrecadação mensal do SIMPLES tem variado entre R\$100 milhões a R\$135 milhões. Esse último número foi registrado em agosto passado. O total acumulado até agosto é superior a R\$966 milhões. No ano de sua implantação, 1997, a arrecadação mensal ficou em torno de R\$90 milhões e ao final dos doze meses a receita para a Previdência foi de R\$936 milhões. No ano de 98, os valores oscilaram entre R\$100 milhões e R\$115 milhões e o acumulado foi de R\$1,9 bilhões.

[Índice | Notícias Diárias | Artigos Publicados | Campanhas Publicitárias | Fale com a Previdência | Conheça as Novas Agências do MPAS | Previdência no Mundo]



RELAÇÃO DE ENCARGOS/IMPOSTOS P/ AS EMPRESAS

ENCARGOS SOCIAIS					
Com Empregados (% sobre folha de pagamento)			Sem Empregados (Sócios/Proprietários)		
EMPRESAS NÃO ENQUADRADA NO SIMPLES		MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE		EMPRESAS NÃO ENQUADRADA NO SIMPLES	MICROEMPRESA OU EEPP
INSS	20%	FGTS	8%	INSS –EMPREGADOR	INSS –EMPREGADOR
SENAI/SENAC	1%			1.-Camê - 20% sobre	1.-Camê - 20% sobre
SESI/SESC	1,5%	Outros (a Provisionar)		Sal. de contr.	sal. de contr.
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5%	Férias	9%	Conforme	Conforme
INCRA	0,2%	13º Salário	9%	Tabela INSS.	Tabela INSS.
SEBRAE(*)	0,6%	1/3 s/ Férias	3%		
SAT(**)	2%	Auxílio Doença(***)	0,5	2.- 15% sobre a retirada	
FGTSs	8%	Eventuais(***)	1,5%	a título de pró-labore	
A Provisionar (13º Salário, Férias, 1/3 s/ Férias, Auxílio Doença,Eventuais(***)	34,20				
TOTAL DE RECOLHIMENTOS	70%	TOTAL DE RECOLHIMENTOS	31%		

(*) Variável de 0,3 a 0,6% conforme Legislação Previdenciária. (**) SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é de 1%, 2% ou 3%, dependendo do grau de risco da empresa ser pequeno, médio ou grande respectivamente. (***) Auxílio Doença e Encargos Eventuais variam de empresa para empresa. .

1 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS FEDERAIS

1.1 – MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- SIMPLES CONFORME TABELA ABAIXO:

ENQUADRAMENTO	RECEITA BRUTA ACUMULADA NO ANO-CALENDÁRIO (R\$)	PERCENTUAIS A SEREM APLICADOS SOBRE A RECEITA BRUTA MENSAL	
		EMPRESA NÃO CONTRIBUINTE DO IPI	EMPRESA CONTRIBUINTE DO IPI
MICROEMPRESA (ME)	até 60.000,00	3%	3,5%
	de 60.000,01 até 90.000,00	4%	4,5%
	de 90.000,00 até 120.000,00	5%	5,5%
	de 120.000,01 até 240.000,00	5,4%	5,9%
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	de 240.000,01 até 360.000,00	5,8%	6,3%
	de 360.000,01 até 480.000,00	6,2%	6,7%
	de 480.000,01 até 600.000,00	6,6%	7,1%
	de 600.000,01 até 720.000,00	7%	7,5%
	de 720.000,01 até 840.000,00	7,4%	7,9%
	de 840.000,01 até 960.000,00	7,8%	8,3%
	de 960.000,01 até 1.080.000,00	8,2%	8,7%
	de 1.080.000,01 até 1.200.000,00	8,6%	9,1%

- Notas:
- 1) O percentual a ser aplicado em cada mês será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.
 - 2) A microempresa que ultrapassar no decorrer do ano calendário o limite de R\$ 120.000,00 sujeitar-se-à, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, aos percentuais aplicáveis às EPP, observado o disposto na nota seguinte.
 - 3) A EPP que ultrapassar no decorrer do ano-calendário o limite de R\$ 1.200.000,00 adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, as regras de apuração previstas no artigo 23, § 3º, da lei 9.317/96.

2 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ESTADUAIS

MICROEMPRESA	NÃO MICROEMPRESA
ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS. 1) Microempresa - Isenção de 100% do imposto para vendas anuais inferior a 94.190,11 UFIR 2) Empresa de Pequeno Porte - terão redução na base de cálculo do ICMS em: 75% para receita bruta anual superior a 94.190,11 e inferior a 114.373,71 UFIR: 50% para receita bruta anual superior a 114.373,71 e inferior a 134.557,30 UFIR: 25% para receita bruta anual superior a 134.557,30 e inferior a 154.740,90 UFIR.	ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS. - Pagamento integral, conforme alíquota ICMS (ver regulamento).
LIVROS: Entrada (mercadorias) Saídas (mercadorias) Inventário (estoque)	LIVROS: Entrada (mercadorias) Saída (mercadorias) Inventário (estoque) Apuração ICMS (diferença entre débito e crédito) Livro Razão (LALUR)
D.I.E.F. - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS Modelo Microempresa (anual)	D.I.E.F. - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS - Modelo comum (anual)-

3 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS

QUALQUER EMPRESA: * ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO * ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS Empresa prestadora de serviços - alíquota variável conforme atividade. Ver tabela na Prefeitura Municipal. * LIVRO DE APURAÇÃO ISS (empresa prestadora de serviços)

Levantamento de Municípios em Santa Catarina que já aderiram ao SIMPLES

RECEITA FEDERAL

DELEGACIA	PESSOAINFORMANTE	TELEFONE	MUNICÍPIOS/OBSERVAÇÕES
JOAÇABA	MARILDA	049 522 1088	IBICARÉ ALTO BELA VISTA ARABUTÃ TUNÁPOLIS 07/04/1998
JOINVILLE	DIURI/XAVIER/MARCELO	047 433 2300	Não souberam informaram ficaram de ligar mais tarde – 08/04/1998
ITAJAÍ	RÚBIA	047 348 1862	Não soube informar. Deu retorno em 08/04/1998 dizendo que nenhum Município de sua Região aderiu ao SIMPLES
CRICIÚMA	UDIMAR	437 7033	Nenhum Município aderiu ao SIMPLES – 08/04/1998
FLORIANÓPOLIS	CARLOS	229 2000	Nenhum Município aderiu ao SIMPLES – 07/04/1998
BLUMENAU	ALEXANDRE	047 326 0888	SALETE – 13/04/1998
JARAGUÁ			NOVA TRENTO SCHOROEDER

OBSERVAÇÃO – Em 12/05/98, contactamos a Sra. Luzita – da Receita Federal em Curitiba-PR e confirmamos só os 07 Municípios acima citados.

Gerência de Políticas Públicas

Levantamento de Municípios que já aderiram ao SIMPLES

RECEITA FEDERAL

- **IBICARÉ** – Fone 049 – 538-0222 – Informações obtidas em 15/05/98, com Sr. Marco Antonio da Prefeitura Municipal:
 - O Simples não aumentou muito a arrecadação o percentual chega a 22%.
 - O repasse está sendo feito no prazo normal – até o dia 30 de cada mês.
 - Não pode observar aumento de empresas e/ou empregos gerados.
 - O Município entende ser vantagem a adesão ao Simples, uma vez que facilita a vida do empresário.
- **ALTO BELA VISTA** - Fone 049 – 455-9020 – Não conseguimos contactar.
- **ARABUTÃ** - Fone 049 – 448-0048 – Informações obtidas em 15/05/98, com a Prefeitura Municipal:
 - O Simples diminuiu a arrecadação de ISS. Não existe informações de percentuais.
 - O repasse está sendo feito no prazo mais ou menos normal – até o dia 30 de cada mês.
 - Pode observar aumento de empresas e/ou empregos gerados.
 - O Município entende ser vantagem a adesão ao Simples, uma vez que facilita a vida do empresário.

- **TUNÁPOLIS** - Fone 049 – 832-1122 – Informações obtidas em 15/05/98, com Sr. Ritter da Prefeitura Municipal:
 - O Simples diminuiu a arrecadação de ISS o percentual chega a 15%.
 - Não soube informar sobre o prazo no repasse do SIMPLES.
 - Não pode observar aumento de empresas e/ou empregos gerados.
 - O Município entende não ser vantagem a adesão ao Simples.No entendimento dele o SIMPLES é “PURA BUCHA”.

- **SALETE** - Fone 047 – 863-0360 – Informações obtidas em 15/05/98, com Sr. Brantt da Prefeitura Municipal:
 - Acredita que o Simples aumentou a arrecadação no entanto não tem informações de percentual.
 - O repasse está sendo feito no prazo normal – até o dia 30 de cada mês.
 - Não pode observar aumento de empresas e/ou empregos gerados.
 - O Município entende ser vantagem a adesão ao Simples.O Sr. Brantt entende que falta identificação do pagamento, o dinheiro entra mas eles não sabem que é o contribuinte, a Receita Federal não disponibiliza essas informações.
O Município de Salete está atualizando lei de incentivos, que fica pronta em 30 dias, que acreditam será novo impulso às empresas no Município.

- **NOVA TRENTO** - Fone 267-0193 – não conseguimos contactar.

- **SCHOROEDER** - Fone 047 – 374-1191 – Informações obtidas em 15/05/98, com Sra. Sonia da Prefeitura Municipal:
- O Simples diminuiu a arrecadação, não há estimativa de percentual.
- O repasse está sendo feito no prazo normal – até o dia 30 de cada mês.
- Não pode observar aumento de empresas e/ou empregos gerados.
- O Município entende não ser vantagem ou desvantagem a adesão ao Simples, na visão deles é indiferente.

OBSERVAÇÕES : Informações obtidas junto as Prefeituras Municipais por telefone.

Gerência de Políticas Públicas.

LEI Nº 9.841, DE 5 OUTUBRO DE 1999.

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º - Nos termos dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e alterações posteriores.

Parágrafo único - O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§1º No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

§2º O enquadramento de firma mercantil individual ou da pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º - Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;

II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma da presente Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social.

Parágrafo único - O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras forma de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o artigo 18 desta Lei.

CAPÍTULO III Do Enquadramento

Art. 4º - A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, antes da promulgação desta Lei, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o caso, à Junta Comercial ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação da qual constarão:

I - a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;

II - o nome e demais dados de identificação da empresa;

III - a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

IV - a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no inciso I ou II, do artigo 2º, conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º - Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I ou II do Art. 2º, conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no Art. 3º desta Lei.

Art. 6º - O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, fica dispensado das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, exigida pelo inciso II, do art. 37, da Lei nº. 8.934, de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade;

Parágrafo único - Não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte o disposto no art. 1º, § 2º, da Lei nº. 8.906/94.

Art. 7º - Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP".

Parágrafo único - É privativo de microempresa e empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV Do Desenquadramento e Reenquadramento

Art. 8º - O desenquadramento da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos ou não alcançados os respectivos limites de receita bruta anual fixados no art. 2º.

§ 1º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta passa à condição de empresa excluída do regime desta Lei ou retoma à condição de microempresa.

§ 2º A perda da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período

de 5 anos.

Art. 9º - A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa, a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte reenquadrada como microempresa comunicarão este fato ao órgão de registro, no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único - Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo e no Capítulo anterior poderão ser feitos por via postal, com aviso de recebimento.

CAPÍTULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 10 - O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados, além dos previstos neste Capítulo, para o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista por parte das microempresas e empresas de pequeno porte bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 11 - A microempresa e empresa de pequeno porte são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74, 135, §2º, 360, 429 e 628, §1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único - O disposto no "caput" deste artigo não dispensa a microempresa e empresa de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

Art. 12 - Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista e previdenciária prestarão prioritariamente, orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - No que se refere à fiscalização trabalhista, será observado o critério da dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado, ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Art. 13 - Na homologação de rescisão de contrato de trabalho, o extrato de conta vinculada ao trabalhador relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS poderá ser substituído pela Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP pré-impressa no mês anterior, desde que sua quitação venha a ocorrer em data anterior ao dia dez do mês subsequente à sua emissão.

CAPÍTULO VI

Do Apoio Creditício

Art. 14 - O Poder Executivo estabelecerá mecanismos fiscais e financeiros de estímulo às instituições financeiras privadas no sentido de que mantenham linhas de crédito específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 15 - As instituições financeiras oficiais que operam com crédito para o setor privado manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso serem expressas, nos seus respectivos documentos de planejamento, e amplamente divulgados.

Parágrafo único - As instituições de que trata este artigo farão publicar, semestralmente, relatório detalhado dos recursos planejados e aqueles efetivamente utilizados na linha de crédito mencionada neste artigo, analisando as

justificativas do desempenho alcançado.

Art. 16 - As instituições de que trata o artigo 15, nas suas operações com as microempresas de pequeno porte, atuarão, em articulação com as entidades de apoio e representação daquelas empresas, no sentido de propiciar mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articulados com as operações de financiamento.

Art. 17 - Para fins de apoio creditício à exportação, serão utilizados os parâmetros de enquadramento de empresas, segundo o porte, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 18 - (VETADO)

CAPÍTULO VII Do Desenvolvimento Empresarial

Art. 19 - O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada, às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

Art. 20 - Dos recursos federais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial, no mínimo 20% (vinte por cento), serão destinados, prioritariamente, para o segmento da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - As organizações federais atuantes em pesquisa, desenvolvimento, e capacitação tecnológica deverão destacar suas aplicações voltadas ao apoio às microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 21 - As microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que diz respeito ao acesso a serviços de metrologia e certificação de conformidade prestados por entidades tecnológicas públicas.

Parágrafo único - As entidades de apoio e de representação das microempresas e empresas de pequeno porte criarão condições que facilitem o acesso aos serviços de que trata o artigo 20.

Art. 22 - O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.

Art. 23 - As microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido quando atuarem no mercado internacional, seja importando ou exportando produtos e serviços, para o que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de facilitação, desburocratização e capacitação.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, intervenientes nas atividades de controle das exportação e importação, deverão adotar procedimentos que facilitem o mecanismo nas operações que envolvam as microempresas e empresas de pequeno porte, otimizando prazos e reduzindo custos.

Art. 24 - A política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado nos termos da regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO VIII Sociedade de Garantia Solidária

Art. 25 - Fica autorizada a constituição de Sociedade de Garantia Solidária, constituída sob a forma de sociedade anônima, para a concessão de garantia a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.

Parágrafo único - A sociedade de garantia solidária será constituída de sócios participantes e sócios investidores:

I - os sócios participantes serão, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte, com, no mínimo 10 (dez) participantes e participação máxima individual de 10% (dez por cento) do capital social;

corrigido dos empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada.

Art. 33 - A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO X Disposições Finais

Art. 34 - Os órgãos fiscalizadores de registro de produtos procederão a análise para inscrição e licenciamento a que estiverem sujeitas as microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação ao órgão.

Art. 35 - As firmas mercantis individuais e as sociedades mercantis e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional, bem como para com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 36 - A inscrição e alterações da microempresa e da empresa de pequeno porte em órgãos da Administração Federal ocorrerá independentemente da situação fiscal do titular, sócios, administradores ou de empresas de que esses participem.

Art. 37 - As microempresas e empresas de pequeno porte ficam isentas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações referidas nos arts. 4º, 5º e 9º desta Lei.

Art. 38 - Aplica-se às microempresas o disposto no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 39 - O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, fica sujeito às seguintes normas:

I - os emolumentos devidos ao tabelião de protesto não excederão um por cento do valor do título, observando o limite máximo de R\$ 20,00 (vinte reais), incluídos neste limite as despesas de apresentação, protesto, intimação, certidão e quaisquer outras relativas à execução dos serviços;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto ficará condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no caput e nos incisos I, II e III, caberá ao devedor provar sua qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Art. 40 - Os arts. 29 e 31 da Lei no 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 29 - Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente. " (NR)

"§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no caput ou se forneçam informações de protestos cancelados. " (NR)

"§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados, das entidades referidas no caput, somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente

II - os sócios investidores serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Art. 26 - O estatuto social da sociedade de garantia solidária deve estabelecer:

I - Finalidade social, condições e critérios para admissão de novos sócios participantes e para sua saída e exclusão;

II - Privilégio sobre as ações detidas pelo sócio excluído por inadimplência;

III - Proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie; e

IV - Estrutura, compreendendo a Assembléia Geral, órgão máximo da sociedade, que elegerá o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará a Diretoria Executiva.

Art. 27 - A sociedade de garantia solidária fica sujeita ainda às seguintes condições:

I - proibição de concessão a um mesmo sócio participante de garantia superior a 10% (dez por cento) do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;

II - proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros; e

III - dos resultados líquidos, alocação de (5% cinco por cento), para reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; e de 50% (cinquenta por cento) da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será constituído também por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela Assembléia Geral da sociedade.

Art. 28 - O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento da taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade,

Parágrafo único - Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir a contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

Art. 29 - As microempresas e empresas de pequeno porte podem oferecer as suas contas e valores a receber como lastro para a emissão de valores mobiliários a serem colocados junto aos investidores no mercado de capitais.

Art. 30 - A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes, objeto de securitização, podendo também prestar o serviço de colocação de recebíveis junto a empresa de securitização especializado na emissão dos títulos a valores mobiliários transacionáveis no mercado de capitais.

Parágrafo único - O agente fiduciário, de que trata o caput, não tem direito de regresso contra as empresas titulares dos valores e contas a receber, objeto de securitização.

Art. 31 - A função de registro, acompanhamento e fiscalização das sociedades de garantia solidária, sem prejuízo das autoridades governamentais competentes, poderá ser exercida pelas entidades vinculadas às micro empresas e empresas de pequeno porte, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, mediante convênio a ser firmado com o Executivo.

CAPÍTULO IX Das Penalidades

Art. 32 - A pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa ou como empresa de pequeno porte;

II - aplicação automática, em favor da instituição financeira, de multa de vinte por cento sobre o valor monetariamente
<http://www.gerin.sebrae.com.br/site/na/txtdiv.nsf/0770f058226d60778.../M1?OpenElement> 12/11/99

protestados, cujos registros não foram cancelados." (NR)

"§ 3º Revogado"

"Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito". (NR)

Art. 41 - Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior compete acompanhar e avaliar a implantação efetiva das normas desta Lei, visando seu cumprimento e aperfeiçoamento.

Parágrafo único - Para o cumprimento deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a criar o Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Art. 42 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Leis nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, e nº 8.864, de 28 de março de 1994.